

AnaLúciaCampbell

Tradutora Pública Juramentada e Intérprete Comercial

Inglês – Português – Espanhol

Edifício de Paoli

Av. Nilo Peçanha, 50/ 2606

20020-906 Rio de Janeiro

Tel.: +55-21-2262.9371 Telefax: +55-21-3084.8484

CPF-MF: 430.405.357/49
Matricula na JUCERJANº 147
e-mail: anacampbell@anacampbell.com.br

Eu, infra-assinada, Tradutora Pública Juramentada e Intérprete Comercial nesta Praça e Estado do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, com Fé Pública em todo o Território Nacional, devidamente matriculada na JUCERJA sob o N° 147, em 07 de fevereiro de dois mil e um, CERTIFICO e DOU FÉ que me foi apresentado um documento, exarado no idioma INGLÊS, para que o traduzisse para o vernáculo, o que aqui faço em virtude do meu ofício público, a pedido da parte interessada, para constar onde convier, como segue:

TRADUÇÃO N° 490/2017

CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO UNILATERAL DE DIREITOS DE EXECUÇÃO

Entre os infra-assinados:

AEPI - Hellenic Society for the Protection of Intellectual Property S.A., com endereço registrado em Fragoklissias & Samou 51 Street - 15125 Amarousio, Atenas.

Como uma Parte

E

Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais, doravante denominada **SOCINPRO**, com sua sede social na Av. Beira Mar,

406 - Gr. 1205 - Centro - 20021-060 Rio de



Janeiro - RJ, representada pelo Sr. **Jorge S. Costa**, Diretor Geral, afiliada a CISAC sob o número 189.

Como a outra Parte

5 Fica acordado o seguinte:

Artigo 1.

(i) Em virtude do presente Contrato, a **SOCINPRO** confere a **AEPI** o direito, no território em que esta última Sociedade opera (conforme a definição e delimitações contidas no Artigo 6(1) abaixo),
10 para conceder as autorizações necessárias para todas as **execuções públicas** (conforme definido no parágrafo II deste Artigo) de obras musicais, com ou sem letras, que estão protegidas sob os termos
15 das leis nacionais, tratados bilaterais e convenções internacionais multilaterais relacionadas ao direito do autor (direito autoral, propriedade intelectual, etc.) atualmente em existência ou que puderem existir e
20 entrar em vigor durante a vigência do presente Contrato.

O direito mencionado no parágrafo acima é conferido na medida em que o direito de execução pública das obras em questão tenha sido, ou seja,
25 durante o período em que o presente contrato



estiver em vigor, cedido, transferido ou outorgado por quaisquer meios para fins de sua administração, para a **SOCINPRO** pelos seus membros de acordo com seus Estatutos Sociais e Regimento, estas obras coletivamente constituindo o "repertório da **SOCINPRO**".

(II) Sob os termos do presente contrato, a expressão "execução" pública" inclui todas as sonoridades e execuções que forem audíveis ao público em qualquer local dentro do território em que a **AEPI** operar, através de quaisquer meios e de qualquer forma, sejam estes meios atualmente conhecidos e colocados em uso, ou doravante descobertos e colocados em uso durante o período em que este contrato estiver em vigor. "Execução Pública" inclui execuções particulares por meios ao vivo, instrumentais ou vocais; por meios mecânicos tais como registros fonográficos, meios eletrônicos, fitas e trilhas sonoras (magnéticas ou de outra forma), por processos de projeção (filme sonoro), difusão e transmissão (tal como transmissão via rádio e televisão, seja de forma direta ou retransmitida, etc.) assim como através de qualquer processo de recepção sem fio (*wireless*) (aparelhos de recepção de rádio e



televisão, recepção por telefone, etc. e meios e dispositivos similares, etc.).

Artigo 2

(I) O direito para autorizar execuções conforme o Artigo 1 confere os seguintes direitos a **AEPI**, dentro dos limites dos poderes relacionados a estas em virtude do presente Contrato, de seus próprios Estatutos Sociais e Regimento, e da legislação nacional do país ou países em que
5
10 operar:

a) Permitir ou proibir, seja em seu próprio nome ou em nome do autor correspondente, a execução pública de obras do repertório da **SOCINPRO**, e outorgar as autorizações necessárias para estas
15 execuções;

b) cobrar os royalties requeridos em troca das autorizações outorgadas (conforme previsto no item (a) acima);

Receber todas as somas devidas como indenização ou danos pelo uso não autorizado das obras em
20 questão.

c) Instaurar e continuar, em seu próprio nome ou em nome do autor correspondente, qualquer ação judicial contra qualquer pessoa física ou
25 jurídica, ou outra autoridade responsável pelas



execuções ilegais das obras em questão;

Negociar, transigir, submeter à arbitragem, submeter a qualquer Tribunal de Justiça ou tribunal administrativo ou especial;

5 d) Tomar qualquer outra medida para fins de garantir a proteção do direito de execução pública das obras cobertas pelo presente Contrato.

(II) O presente Contrato sendo pessoal às
10 Sociedades contratantes e formalizado nesta base, fica formalmente acordado que, sem a autorização expressa por escrito da **SOCINPRO**, a **AEPI** não poderá em qualquer caso ceder ou transferir a qualquer terceira parte todo ou parte do
15 exercício das prerrogativas, faculdades ou outros poderes aos quais esteja intitulada sob o presente Contrato, e particularmente conforme o Artigo 2. Qualquer transferência efetuada contrária a esta cláusula será nula e sem efeito
20 sem que seja necessária qualquer formalidade,

Artigo 3.

(I) Em virtude dos poderes conferidos pelos Artigos 1 e 2, a **AEPI** se compromete a fazer cumprir e exigir, no território em que operar, os
25 direitos da **SOCINPRO** da mesma forma e na mesma



extensão com que faz em relação aos seus próprios membros, e fará isso dentro dos limites da proteção legal dada a uma obra estrangeira em um país em que a proteção for demandada. Além disso, a **AEPI** deverá aplicar às obras do repertório da **SOCINPRO** as mesmas tarifas, métodos, meios de arrecadação e distribuição de royalties (sujeito ao que está acordado no Artigo 7 abaixo), que aplica às obras de seu próprio repertório.

Artigo 4

A **SOCINPRO** colocará à disposição da **AEPI** todos os documentos que permitam a esta justificar os royalties cuja arrecadação seja responsável sob o presente Contrato, e tomar todas as medidas legais ou outras medidas, conforme mencionado no Art. 2(I) acima.

Artigo 5.

(I) A **SOCINPRO** colocará à disposição da **AEPI** todos os documentos, registros e informações que permitam o exercício efetivo e central sobre os seus interesses, particularmente em relação à notificação de obras, cobrança e distribuição de royalties, e obtenção e verificação de programas de execução.

Particularmente, a **AEPI** deverá informar



SOCINPRO qualquer discrepância que observar entre a documentação recebida da **SOCINPRO** e a sua própria documentação, ou a documentação fornecida pela outra sociedade.

5 (II) Além disso, a **SOCINPRO** terá o direito de consultar todos os outros registros da **AEPI** e obter todas as informações desta relacionadas à arrecadação e distribuição de royalties, de forma a permitir a verificação da administração de seu
10 repertório pela **AEPI**.

(III) A **SOCINPRO** poderá credenciar um representante perante a **AEPI** para realizar em seu nome a verificação explicitada no parágrafo (II) acima. A escolha deste representante estará
15 sujeita à aprovação da **AEPI** para a qual este for credenciado. A recusa desta aprovação deverá ter um motivo plausível.

TERRITÓRIO

Artigo 6.

20 (I) O território em que a **AEPI** opera é: **GRÉCIA**.

(II) Excluído

DISTRIBUIÇÃO DE ROYALTIES

Artigo 7.

(I) A **AEPI** se compromete em se esforçar ao máximo
25 e obter os programas de todas as execuções



públicas que ocorrerem em seus territórios e usar estes programas como base efetiva para distribuição dos royalties líquidos totais cobrados por estas execuções.

5 (II) A alocação de somas cobradas em respeito às obras desempenhadas nos territórios da **AEPI** será feita de acordo com o Artigo 3 e regras de distribuição da **AEPI**, observando entretanto, os seguintes parágrafos:

10 a) Quando todas as partes interessadas em uma obra forem membros de uma única sociedade diferente da **AEPI**, o total (100%) dos royalties relacionados à obra serão distribuídos à Sociedade da qual as partes interessadas forem
15 membros.

b) No caso de obras cujas partes interessadas não sejam membros da mesma Sociedade e nenhuma parte seja membro da **AEPI**, os royalties serão distribuídos de acordo com os cartões de índice
20 internacional (ou seja, os cartões de índice ou notificações equivalentes enviadas e aceitas pelas Sociedades das quais as partes interessadas sejam membros).

No caso de notificações ou cartões de índice
25 contraditórios, a **AEPI** poderá distribuir os



royalties de acordo com suas Regras, exceto que diferentes partes interessadas poderão reivindicar a mesma fração e neste caso a fração poderá ser suspensa até que seja alcançado um
5 acordo entre as Sociedades.

c) No caso de uma obra cujos criadores originais pertencerem a **AEPI**, esta poderá distribuir os royalties conforme suas próprias Regras.

d) A fração de royalties do editor acumulada
10 sobre a obra, ou a fração total de todos os editores ou subeditores de uma obra, independente do número de subeditores, não poderá jamais exceder a metade (50%) do total de royalties acumulados sobre esta obra.

e) Quando uma obra, na ausência de um cartão de índice internacional ou documentação equivalente, for identificada apenas pelo nome do compositor sendo este um membro de uma Sociedade, o total de royalties acumulados sobre esta obra será enviado
15 à Sociedade do compositor. Caso a obra seja um arranjo de uma obra sem direito autoral, os royalties serão pagos à Sociedade do arranjadorna medida em que este seja conhecido. No caso de
20 letras adaptadas a uma obra sem direito autoral,
25 os royalties deverão ser encaminhados à Sociedade



do escritor da letra.

A **SOCINPRO** recebendoos royalties distribuídos conforme as regras acima será responsável, no caso de obras mistas, pela transferência necessária a outras Sociedades interessadas na obra e por informar a **AEPI** através de cartões de índice internacional ou documentação equivalente.

f) Quando um membro da **AEPI** tiver adquirido os direitos de adaptar, arranjar, republicar ou explorar uma obra de repertório da **SOCINPRO**, a distribuição de royalties será feita observando-se as disposições do presente Artigo e do "Estatuto de Sub-publicação da Confederação" estabelecido pela Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores (doravante denominada a "Confederação").

Artigo 8.

(I)A **AEPI** estará intitulada a deduzir das somas que cobrar em nome da **SOCINPRO** percentual necessário para cobrir as despesas efetivas de administração. Este percentual necessário não poderá exceder o percentual que é deduzido das somas cobradas para os membros da **AEPI**, e esta última deverá se empenhar sempre neste respeito para manter-se dentro de limites razoáveis,



observando as condições locais dos territórios em que opera.

(II) Quando não realizar qualquer cobrança suplementar com a finalidade de suporte aos
5 fundos de pensão ou fundos de previdência de seus membros, para incentivar as artes nacionais, ou a favor de quaisquer fundos com fins similares, a **AEPI** estará intitulada a deduzir das somas que arrecada em nome da **SOCINPRO** no máximo 10%, e
10 este percentual será alocado para estes fins.

(III) Quaisquer outras deduções, diferentes de impostos, que a **AEPI** vier a fazer ou for obrigada a fazer a partir dos royalties líquidos acumulados para a **SOCINPRO** darão origem a
15 compromissos especiais entre as partes contratantes.

(IV) Nenhuma parte dos royalties arrecadados pela **AEPI** por conta da **SOCINPRO** em consideração às autorizações concedidas exclusivamente para as
20 obras com direitos autorais que esteja autorizada a administrar, será considerada não distribuível à **SOCINPRO**. Com exceção apenas da dedução mencionada no parágrafo (I) deste Artigo, e sujeito às disposições dos parágrafos (II) e
25 (III) deste Artigo, o total líquido dos royalties



arrecadados pela **AEPI** por conta da **SOCINPRO** será total e efetivamente distribuído a **SOCINPRO**.

Artigo 9.

(I) A **AEPI** deverá remeter à **SOCINPRO** as somas
5 devidas sob os termos do presente Contrato na forma e no prazo em que as distribuições forem feitas aos seus próprios membros, e no mínimo uma vez ao ano. O pagamento destas somas será feito
10 90 dias após cada distribuição, com exceção dos casos que estejam fora do controle das Sociedades.

(II) Cada remessa de pagamento deverá estar acompanhada por uma declaração distribuição de
15 forma a permitir a **SOCINPRO** alocar a cada parte interessada a fração que lhe for atribuída. Esta demonstração deverá ser uniforme e deverá indicar no mínimo os seguintes itens:

- (a) os títulos das obras;
- (b) os nomes dos autores, compositores e/ou
20 outras partes interessadas com suas respectivas frações;
- (c) o total de pontos ou soma creditada para cada obra;
- (d) a categoria das taxas e o período coberto



pela remessa correspondente.

(III) As liquidações dos pagamentos serão feitas pela **AEPI** na moeda corrente de seu país. A liquidação de contas com a **SOCINPRO** sob o presente contrato será feita em qualquer moeda corrente internacional

(IV) A **AEPI** permanecerá responsável perante a **SOCINPRO** por qualquer erro ou omissão que possa cometer na distribuição dos royalties acumulados sobre as obras no repertório da **SOCINPRO**.

(V) O mero fato da data da liquidação de contas acordada entre as Sociedades contratantes vencer constituirá por si só, sem formalidade necessária para este efeito, uma demanda formal a **AEPI** que faltou em fazer o pagamento devido a **SOCINPRO** na data em questão. Esta disposição está sujeita a eventos de força maior.

(VI) Na medida em que atos legislativos ou estatutários impeçam o intercâmbio livre de pagamentos internacionais, ou atos de controle de câmbio tenham sido ou venham a ser implementados entre os países das duas Sociedades contratantes, a **AEPI** deverá:

a) Sem atraso, imediatamente após a realização da contabilidade da distribuição a **SOCINPRO**, tomar



todas as medidas necessárias e cumprir com todas as formalidades requeridas pelas autoridades nacionais com a finalidade de garantir que estes pagamentos possam ser feitos o mais breve possível;

b) Informar a **SOCINPRO** que estas medidas foram tomadas e que as formalidades foram devidamente cumpridas ao enviar as demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo (II) do presente Artigo.

10 **Artigo 10.**

A **SOCINPRO** deverá fornecer regularmente ao Centro **IPI** da **CISAC** informações completas e detalhadas sobre os nomes reais e pseudônimos de seus membros, incluindo a data de falecimento, 15 adições, exclusões e alterações. Além disso, a **AEPI** se compromete a usar a lista IPI como base para a sua identificação e distribuição em respeito aos membros **SOCINPRO**.

Artigo 11.

20 (I) Os membros da **SOCINPRO** estarão protegidos e representados pela **AEPI** sob o presente Contrato sem que estes membros sejam requeridos pela **AEPI** a cumprir com quaisquer formalidades, e a obrigação de aderir a **AEPI**.

25 (II) Excluído



(III) Excluído

(IV) A **AEPI** se compromete a não comunicar diretamente com os membros da **SOCINPRO**, mas caso surgir esta ocasião esta comunicação deverá ser feita através de um intermediário da **SOCINPRO**.

(V) Quaisquer disputas ou dificuldades que possam surgir entre as duas Sociedades contratantes relacionadas à adesão de membro de uma parte interessada ou cessionário serão decididas amigavelmente entre estas, dentro do mais amplo espírito de conciliação.

CONFEDERAÇÃO

Artigo 12.

O presente Contrato está sujeito às disposições dos Estatutos e decisões da Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores.

DURAÇÃO

Artigo 13.

O presente Contrato entrará em vigor a partir de **15 de setembro de 2006** e, sujeito aos termos do Artigo 14 continuará em vigor ano a ano por extensão automática caso não seja terminado por carta registrada com a antecedência mínima de seis (6) **meses** à data de expiração de cada



período.

Artigo 14.

Independente aos termos do Artigo 13, o presente Contrato será terminado imediatamente por uma das Sociedades contratantes:

c) caso uma alteração seja feita nos Estatutos Sociais, Regimento ou no Plano de Distribuição da outra Sociedade de forma que possa modificar em uma extensão significativamente desfavorável o exercício dos direitos patrimoniais dos atuais proprietários dos direitos autorais administrados pela sociedade representada. Qualquer alteração desta natureza será verificada pelo órgão competente da Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores. Após esta verificação o Conselho de Administração da Confederação poderá permitir a Sociedade representante um período de três meses para remediar a situação criada. Mediante a expiração deste período sem que as medidas necessárias sejam tomadas pela Sociedade em questão, o presente Contrato poderá ser rescindido de forma unilateral pela Sociedade representada, caso esta assim decidir;

d) Caso uma situação legal ou real surgir no país



da **AEPI** em que os membros da **SOCINPRO** sejam colocados em uma posição menos favorável do que os membros da **AEPI**, ou caso a **AEPI** colocar em prática medidas resultantes em um boicote das obras no repertório da **SOCINPRO**.

DISPUTAS JURÍDICAS - JURISDIÇÃO

Artigo 15.

(I) Cada uma das Sociedades contratantes poderá buscar consulta junto ao Conselho Administrativo da Confederação sobre qualquer dificuldade que possa surgir entre as duas Sociedades em relação à interpretação ou desempenho do presente Contrato.

(II) As duas Sociedades poderão, caso necessário, e após tentar a conciliação perante o órgão mencionado no artigo 10 b) 6º parágrafo dos Estatutos da Confederação, concordar em submeter à arbitragem pela autoridade adequada da Confederação para decidir qualquer disputa que possa surgir entre as partes em relação ao presente Contrato.

(III) Caso as duas Sociedades contratantes não considerarem adequado recorrer à arbitragem pela Confederação, ou recorrer à arbitragem entre si, mesmo de forma independente à Confederação com a



AnaLúciaCampbell

490/2017

fl. 18

finalidade de decidir o seu desentendimento, o Tribunal competente para decidir a questão entre as partes será aquele no qual a Sociedade demandada estiver domiciliada.

5 Validado de boa fé no número de vias igual ao número de partes do presente contrato, incluindo as partes intervenientes.

Em 29 de outubro de 2007

Em nome da **AEPI**

10 Lido e aprovado

(Firmado:) **GEORGE GALANAKIS,** Diretor Administrativo.

Em -----2006

15 Em nome da **SOCINPRO**

Lido e aprovado

(Firmado:) **JORGE S. COSTA,** Diretor Geral.

***** ERA O QUE CONSTAVA, do referido documento, ao qual me reporto, e por ser verdade, DOU
20 FÉ. Rio de Janeiro, 7 de março de 2017.

POR TRADUÇÃO CONFORME:

